

## VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E EQUIVALÊNCIA FRASEOLÓGICA

*Denise Salim Santos* (UERJ)

[d.salim@globo.com](mailto:d.salim@globo.com)

*Michelle Gomes Alonso Dominguez* (UERJ)

[michelle.alonso@gmail.com](mailto:michelle.alonso@gmail.com)

### RESUMO

Este trabalho é um recorte possível para os estudos fraseológicos como recurso para a ampliação das possibilidades na seleção do vocabulário adequado à construção de sentidos na produção de textos. O objeto de pesquisa são unidades fraseológicas e sua adequação às diferentes situações de uso da linguagem na modalidade escrita. Busca-se valorizar a existência desses conjuntos significativos – em especial, os provérbios e frases feitas em uso na língua portuguesa, cujas estruturas e significados se cristalizaram ao longo do processo de construção sociocultural, a partir da relação dos grupos sociais com os elementos naturais, com o ambiente de uso, daquilo que de prático a vida oferece na relação do homem com o mundo. O emprego de tais itens, principalmente nas atividades de interação coloquial, se deve à expressividade que atribuem ao texto e à possibilidade da comunicação mais efetiva pelo reconhecimento imediato de suas significações, levando em consideração as situações de uso, o que lhe atribui a característica de elemento facilitador da interlocução dos usuários de uma língua.

**Palavras-chave:** Variação linguística. Lexicologia. Fraseologismo.

As relações interacionais de um indivíduo com outro, ou outros, tendem a propagar-se como ondas magnéticas, infinitamente, ao considerarmos os diferentes grupos sociais de que ele participa, expandindo-se da célula familiar até comunidades mais amplas como as comunidades nacionais. Como tal, é ele quem costura as relações entre os diferentes grupos quando deles participa ativamente. Essa ideia tanto se aplica aos contatos sociais em geral como especificamente às atividades linguísticas que estreitam tais contatos quando “se fala a mesma língua”. Diz Hercu-

lano de Carvalho (1979, p. 295) que “dentro, pois, de qualquer comunidade linguística de maior ou menor extensão, verifica-se sempre, forçosamente, a coincidência em maior ou menor grau das técnicas linguísticas dos sujeitos que as integram”, o que não quer dizer que todos falem igualmente. É possível observar, em macro ou microcomunidades linguísticas, graus de proximidade de seus integrantes. Esses fenômenos não são, no entanto, exclusivos da linguagem. Eles são passíveis de observação no comportamento social, nos costumes, adequando-se à diversidade própria de cada região, de cada situação, enfim, do contexto onde o indivíduo se apresenta e ao qual, com dispêndio e esforço, se adapta e com ele interage.

A linguagem é uma instituição humana e, desta maneira, resulta da vida em sociedade como elemento essencial à comunicação. Ainda que suas funções básicas estejam presentes em qualquer grupo – função social, função comunicativa, função de suporte do pensamento, função expressiva, função estética –, difere de comunidade para comunidade de tal forma que só funciona entre os membros de um determinado grupo que dela se utiliza no convívio social.

Para Ferdinand de Saussure (1973, p. 17), a língua, como “produto social da faculdade da linguagem é um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade”. O sistema de signos convencionais que ela coloca à disposição dos falantes de uma comunidade dada é o responsável por tornar possível a comunicação. Desde que nasce, o indivíduo é envolvido por um universo sógnico com o qual interage por meio do jogo, instintivo inicialmente, das analogias, das associações e das imitações. Essa experimentação intensa com as inúmeras possibilidades comunicativas permite a formulação de mensagens que geram a troca e o convívio social baseados na língua, meio de que o falante dispõe para isso. Benveniste (1989, p. 282, *apud* PRETI, 2004, p. 28) ensina que a língua é “um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua. É através dela que a realidade se transforma em signos, pela associação de significantes sonoros a significados arbitrários com os quais se processa a comunicação”. Ao considerar a interdependência entre sociedade e língua, tende-se a ver a linguagem como a forma pela qual cada comunidade linguística estrutura seu pensamento e como essas estruturas articulam linguisticamente sua realidade. Assim, admite-se a existência de uma diversidade convencionalizada por vários fatores de natureza externa à língua.

É mais conhecida a tripartição dos níveis de fala que fazem da língua um diassistema constituído de um nível diatópico ou regional; diastrático ou sociocultural; e diafásico ou de modalidade expressiva. Tal distribuição é encontrada em Cunha (2001, p. 3), Coseriu (2004, p. 110), Bechara (1999, p. 37) entre outros. Cada um desses níveis de diferenciação no uso linguístico corresponde a um conceito de unidade. Assim, à relativa uniformidade no nível geográfico corresponde a uniformidade sintópica; à diferença diastrática corresponde a relativa uniformidade sinstrática ou dialeto social; e à diversidade diafásica corresponde a relativa uniformidade sinfásica.

Dino Preti, em *Sociolinguística: Os Níveis de Fala* (2003, p. 13-23), faz uma revisão bibliográfica interessante, apresentando reflexões de vários estudiosos do assunto que se preocupam em identificar as influências extralinguísticas que atuam sobre a língua e conseqüentemente sobre a linguagem, gerando a “habitual subvariedade de fala de uma dada comunidade, muitas vezes restrita por operação das forças sociais a representantes de um grupo étnico, religioso, econômico ou educacional específico” segundo McDavis *apud* Preti (2003, p. 13). Vejamos algumas delas<sup>38</sup>.

Para Françoise Gadet, há 3 tipos de variação extralinguística assim discriminadas: i) geográficas, em que se posicionam as variações regionais; ii) sociológicas, que consideram as variáveis sexo, idade, profissão, escolaridade, classe social localizadas dentro de uma mesma região, que podem determinar traços individualizados na linguagem; iii) contextuais, em que se localizam todos os fatores potencialmente capazes de gerar diferenças na linguagem empregada pelo locutor por motivos que lhe sejam externos: clientela, o espaço-tempo em que ocorre a atividade e as relações que aproximam os interlocutores. A influência do contexto, em Gadet, vai aproximar-se do que Bright apresenta como “dimensão da situação ou do contexto”.

A doutrina de Willian Bright contempla três dimensões para a pesquisa sociolinguística quanto aos níveis de fala: i) a dimensão do emissor; ii) a dimensão do receptor; iii) a dimensão da situação ou contexto (*setting*). Entende-se a primeira como aquela que envolve a identidade social do emissor. Nela as diferenças dialetais estariam ligadas à classe social à qual pertence o emissor. A segunda dimensão, que diz

---

<sup>38</sup> As ideias de Gadet, Bright, Bally, MacCohen, Lefebvre e Gleason foram colhidas em Preti (2003, p. 15-21)

respeito à identidade social do receptor ou ouvinte, “seria relevante onde quer que vocabulários especiais de respeito sejam usados em se falando com superiores” (*apud* PRETI, 2003, p. 16). Finalmente, a terceira que abarca todos os elementos relevantes possíveis considerados no contexto da comunicação, exceto na identidade dos interlocutores envolvidos no processo.

Não se deve perder de vista que qualquer teoria variacionista só existe em função de existência de uma unidade ou uniformidade daquilo que se denomina língua como herança do trabalho intenso para a manutenção da tradição linguística de uma comunidade bem como sua renovação através dos tempos e sob circunstâncias sociais, culturais, de formas de produção que caracterizam essa mesma comunidade. Ou seja, falar-se em variabilidade linguística implica a existência de uma unidade no uso da língua em circulação dentro de um grupo de falantes.

Charles Bally defende a ideia de existirem dois pontos básicos na questão da variabilidade dos níveis de fala: i) os “estados”; ii) as formas habituais de atividade e pensamento”. Estas envolvem atividades profissionais e outras atividades das mais diferentes naturezas desde as esportivas às científicas e literárias. Aqueles, os “estados”, abarcam as condições pré-existentes aos indivíduos como cultura, classe social a que pertencem, orientação religiosa, ética e moral. Também o ócio aqui se incluiria, pois, de alguma forma, ele permite a aproximação de indivíduos, como o jogo de cartas ou de damas na pracinha, ou “um bate-papo num boteco do Leblon”. Percebe-se que o “meio”, na concepção de Bally, não faz referência aos limites geográficos, mas antes é a superposição desses diversos meios que se encontram no mesmo indivíduo.

Marcel MacCohen confirma que diferenças de origem, profissão, nível de vida e religião aparecem reunidas como fatores que acarretam a diversidade no uso da língua.

Gleason aponta o contexto social do enunciado específico, a posição social do locutor, sua origem geográfica e sua idade como variáveis linguísticas.

Claire Lefebvre apresenta outras dimensões para a variação: i) dimensão geográfica associada às regiões; ii) dimensão histórica associada às diferenças caracterizadas dos diversos estágios de evolução de uma língua; iii) dimensão estilística, associada às situações nas quais a língua é utilizada. Para estas dimensões, Lefebvre abre um leque de termos de referência, a saber: “níveis de língua”, “registros”, “estilo”, “código”,

“variedade padrão” ou “língua não padrão”, “língua formal” ou “língua familiar” etc.

Herculano de Carvalho também é referido na pesquisa de Preti, mas nos reportamos ao seu livro *Teoria da Linguagem: Natureza do Fenômeno Linguístico e a Análise das Línguas* (1979, p. 291-316) para registrar sua visão sobre o assunto. Carvalho parte da consideração da existência de uma “unidade idiomática” na qual estão contidos os idioletos individuais e intraindividuais (que chama de normas de estilo) e os idiomas ligados por entidades idiomáticas homogêneas porque sistemáticas, sujeitas à mesma norma, que podem chegar a outra unidade não tão homogênea e até bem individualizada a que denomina língua, abarcando aí, “os modos de falar, todas as técnicas linguísticas – variedades interindividuais, geográficas, sociais e históricas por vezes muito diferentes entre si, faladas por diversos indivíduos de uma comunidade linguística uma” (1979, p. 326), unicidade fruto da consciência dos falantes da língua para além das diversidades do falar.

Para Carvalho, tratando-se de variedade de uso, há dois fatores que contribuem significativamente: os fatores geográficos e os fatores socioculturais. No primeiro – variedades geográficas, regionais ou locais – encontram-se os dialetos e os falares fixados através de gerações sob a influência cultural, política e econômica de cada região sobre seus falantes. Sob o segundo fator – o sociocultural – agasalha-se a ideia de que, numa mesma região geográfica, encontram-se técnicas linguísticas diferenciadas, considerando-se que aqueles que “ali nasceram e se criaram não falam todos da mesma maneira” (1979, p. 299), pois espelham o ambiente mais íntimo onde tiveram os primeiros contatos com a língua que usam em seus atos de fala, assim como os traços culturais de seus núcleos primários. É certo que há contatos mais ou menos estreitos com outras comunidades, mas não suficientemente fortes para apagar de vez o produto da relação que há entre os integrantes de um mesmo grupo social.

Outro par de variação é o que fala do estilo coloquial e do estilo refletido. Cada uma dessas modalidades de uso da língua tem suas características próprias.

Herculano de Carvalho comenta as variedades estilísticas, ressaltando o caráter individual, pois um mesmo sujeito falante é capaz de usar técnicas linguísticas diferenciadas em função da adequação necessária “para finalidades específicas, para satisfação das necessidades cognitivas

e manifestativas próprias de cada uma de suas atividades linguísticas” (1979, p. 302).

Ainda citando Carvalho, vejamos as características do estilo coloquial:

- 1) Os conteúdos cognoscitivos nele exteriorizados são relativamente pobres – visto serem determinados pelas necessidades vitais imediatas do dia a dia na sua mais simples expressão.
- 2) Essa exteriorização destina-se a um feito eminentemente prático e sobretudo imediato. Nestes atos da linguagem quotidiana as finalidades realizadas são de facto, antes de mais nada, de natureza apelativa e também expressiva (mas geralmente não estética) na sua forma mais elementar[...]
- 3) Constatamos que estes momentos de atividade se realizam com um mínimo de consciência da escolha das formas linguísticas usadas e com um mínimo de adesão consciente ao sistema da língua. (CARVALHO, 1979, p. 304)

A seguir, as características do estilo refletido:

- 1) Os conteúdos cognoscitivos aí manifestados são relativamente ricos e complexos, pelo facto de serem determinados por uma atividade intelectual, emotiva e mesmo volitiva dirigida por uma satisfação, não meras necessidades quotidianas e em grande parte materiais, mas de exigências espirituais mais elevadas: o conhecer especulativo e estético, a atuação social transcendendo o âmbito do indivíduo.
- 2) O efeito desta exteriorização pode não ser de natureza prática e sobretudo não tem que ser imediato. [...] mesmo nesses atos em que predomina a volição e portanto a função apelativa, o efeito nunca é imediato[...] (o estilo refletido) se destina a atuar no comportamento social dos ouvintes, não ali e naquele instante mas, por assim dizer, a longo prazo [...]
- 3) Finalmente esses atos verbais são realizados com um máximo de consciência das formas linguísticas usadas e com o máximo de adesão ao sistema da língua. [...]. Aqui o sujeito falante preocupa-se em não errar, em não “atropelar a gramática”, em se exprimir “com correção e elegância”. (CARVALHO, 1979, p. 305-306)

Também são consideradas pelo linguista português as variedades sincrônicas, fenômenos de variação que se deixam observar no mesmo recorte temporal, e as diacrônicas nas quais repousam a tradição, os planos temporais de uma língua histórica.

O estudo variacionista enfocando o “contínuo da urbanização”, o “contínuo da oralidade-letramento” e o “contínuo do monitoramento estilístico” é apresentado por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004). A existência de domínios sociais – família, escola, igreja – possibilita que as pessoas interajam, assumindo diferentes papéis sociais construídos no processo da interação humana, com seu conjunto de obrigações e direitos definidos por normas socioculturais. Nessas circunstâncias também a linguagem é elemento fundamental para construir e reforçar os papéis sociais peculiares a cada domínio. Diz a pesquisadora que as diferenças en-

contradas são devidas à necessidade de monitoramento do uso da língua em função dos eventos e do nível de formalidade onde é usada. Fatores históricos também interferem:

No Brasil, os falares das cidades litorâneas, que foram sendo criadas ao longo dos séculos XVI e XVII[...] sempre tiveram mais prestígio que os falares das comunidades interioranas. Isto se explica porque as cidades brasileiras que estão voltadas para a Europa receberam um contingente muito grande de portugueses nos três primeiros séculos de colonização e desenvolveram falares próximos dos falares lusitanos. Observemos também que, até 1960, a capital do Brasil se situava no litoral. [...]. É natural que a cidade sede do governo tenha mais poder político e prestígio, e esse prestígio acaba por se transferir ao dialeto da região. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 34)

Stella Maris acrescenta a rede social do falante como mais um componente que contribui para as variações, uma vez que a pluralidade de pessoas envolvidas na interação acrescenta características outras ao repertório do falante. Assim, os atributos (idade, sexo, status, nível de escolarização etc.) associados aos fatores funcionais existentes na dinâmica das interações possibilitam a construção do repertório sociolinguístico do falante, não esquecendo que os fatores estruturais da própria língua (fonologia, morfologia, sintaxe) estão presentes nessas considerações.

Das três linhas de estudo propostas, interessa mais de perto aquela que trata da monitoração do estilo, que trabalha com a existência de uma “linha” em que num extremo se encontram os falares rurais mais isolados e na outra, os falares urbanos, marcados pela ação significativa dos agentes padronizadores: imprensa, escola, igreja, repartições públicas, produção literária com o predomínio do estilo monitorado da língua tanto na escrita quanto na fala. Considera-se estilo monitorado aquele que demanda do falante maior cuidado com o uso das formas da língua em função de fatores como: dependência da situação de uso; interlocutor e sua relação com o poder; desejo de causar boa impressão; grau de formalidade do assunto. Em linhas gerais, a monitoração estilística consiste no esforço feito pelo falante ao aplicar sua competência comunicativa na adequação da fala aos papéis sociais que assume. Ressalte-se que esse cuidado existe na interação interpessoal e também na intrapessoal, em que o mesmo falante alterna estilos monitorados e não monitorados quando a situação assim o exige.

Luis Carlos Travaglia, em *Gramática e Interação: Uma Proposta para o Ensino de Gramática no 1º e 2º Graus* (2000, p. 41-66), apresenta de maneira bastante didática as dimensões das variedades da língua. Em linhas gerais sua distribuição é semelhante às demais, apenas preferindo

o termo dialeto para as variantes na dimensão regional, geográfica ou local. Segundo ele, nos dialetos, as marcas diferenciais são mais nítidas nos campos da fonética e do léxico, por estarem os falantes “contidos” num espaço delimitado política, econômica, culturalmente e serem fruto das influências que cada região sofreu em sua formação.

Na dimensão da variedade social, Travaglia (2000) acentua a influência da classe social a que pertence o falante na produção de seus atos de fala. A classe social aqui está diretamente ligada às atividades profissionais. Embora, a seguir, ele complemente com “classe alta”, “favelados”, “gíria” etc., dizendo:

É por isso que se consideram como variedades dialetais de natureza social os jargões profissionais ou de determinadas classes sociais bem definidas como grupos (linguagem dos artistas, professores, médicos, mecânicos, estivadores, dos marginais). (TRAVAGLIA, 2000, p. 45)

O que existe nessa dimensão são superposições e matizes de usos que estariam mais ligados a graus maiores ou menores de formalismo no uso da língua. Destaca-se aqui o papel da língua como identificação grupal, ou seja, o grupo de falantes ganha identidade pela linguagem que usa. Quanto aos dialetos da dimensão da geração, interessam as observações que ressaltam variação histórica e não de idade, o que liga essa dimensão à variação diacrônica. Para Travaglia (2000, p. 48), “as variações históricas existem e são percebidas na língua escrita, por causa do registro que as faz permanecer no tempo”.

Neste estudo é relevante o que o linguista apresenta a respeito das variações de registro que se assentam em três graus: grau de formalismo, de modo e de sintonia. Travaglia propõe graus de formalismo, escalonados para mais ou para menos, que levem em conta o cuidado com o uso dos fatos da língua, assim como a variedade de recursos empregados na construção de enunciados. Quanto à variação de modo, explicita a modalidade escrita e a modalidade oral. Cada um desses modos de produção comporta um conjunto próprio de graus de formalismo.

Na dimensão de registro ou sintonia, a variação irá ocorrer toda vez que o falante se preocupar em ajustar sua fala às condições de seu ouvinte, levando em conta o *status*, a tecnicidade, a cortesia e a norma. O *status*, de modo geral, está relacionado à variante de grau de formalismo. A tecnicidade leva em conta o grau de informação que o ouvinte tem sobre o assunto tratado pelo falante. A variação de cortesia está ligada ao grau de polidez maior ou menor, de acordo com os participantes da interlocução, oscilando entre um alto grau de formalismo até as expressões



desonrosas ou de baixo calão e as formas de atenuação como o eufemismo. A variação na dimensão da norma se adapta à expectativa do interlocutor, ou seja, o locutor “falará a língua da assistência”.

A reflexão feita sobre a questão variacionista nos leva, então a outra parte deste trabalho, qual seja o estabelecimento de equivalências semânticas entre alguns fraseologismos que circulam nas atividades de interlocução. O emprego de itens fraseológicos é de alta eficiência nos atos comunicativos. A presença de tais unidades sinaliza da parte do falante te a intenção de provocar a adesão mais imediata do interlocutor. Os itens fraseológicos como provérbios, ditados, axiomas etc., inserem em um texto uma ideia de partilha, de igualdade entre todos aqueles que usam uma determinada língua, facilitando a interação.

Assim, os fraseologismos apresentam outra propriedade: são reconhecidos pelos interlocutores seja pela construção, pela forma ou conteúdo, abastecidos nos valores universais e ligados ao homem no seu estar no mundo. Ressalte-se ainda a transparência semântica que neles se apresenta. Sob esse aspecto, admitimos que os provérbios assumem caráter de fraseologia universal, pois “sua autonomia, a maior transparência semântica e sua pertença a um legado mais universal conferem-lhe um tratamento individual. Mas o fato de ter um tratamento individual não significa que apenas poderá ser empregado sempre no mesmo contexto. Segundo Maingueneau (2014, p. 30) é possível ampliar o campo de aplicação (...) interpretando-o (o fraseologismo) de maneira não literal.

Não aprofundando a discussão teórica do conceito de sinonímia, mas sem ignorar a relevância do tema para os estudos semânticos, apresentamos a seguir grupos de unidades fraseológicas que apresentam equivalência semântica, se considerados isoladamente pelo conteúdo que sustentam, mas que consideradas as premissas da variação linguística acabam por caracterizar níveis de uso e registros diferenciados, seja pelo aproveitamento ou pela corrupção de estruturas modelares, pela substituição de elementos vocabulares mais ou menos formais, ou por refletirem aspectos culturais de determinadas comunidades linguísticas.

- 1) Quem ama o feio bonito lhe parece.  
Quem ama a rosa suporta o espinho. (aceitação)
- 2) Acender uma vela a Deus, outra ao diabo  
Agradar a gregos e troianos.  
Bom no bom, todo mundo é. (oportunismo)

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

- 3) Ao rico, mil amigos lhe aparecem. Ao pobre, seus irmãos o desconhecem.  
A quem tem dinheiro não lhe falta companheiro. (interesse)
- 4) A palavra é de prata, o silêncio é de ouro  
A palavra própria e sensata, como de ouro é mancheteado de prata.  
Antes calar que com doidos alterar. (prudência)
- 5) Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.  
Antes tarde do que nunca.  
Araruta tem seu dia de mingau (persistência).
- 6) Devagar também é pressa.  
A natureza não vai aos saltos.  
Devagar se vai ao longe. (paciência)
- 7) Aqui se faz, aqui se paga.  
Amor com amor se paga. (justiça)
- 8) Águas passadas não movem moinho  
Depois da tempestade vem a bonança. (esperança)
- 9) Dar tratos á bola.  
A dúvida é travesseiro de sábio. (sabedoria)
- 10) Cada um com a sua certeza.  
Cada um sabe onde lhe dói o calo. (convicção)
- 11) Comer como galo, arrotar como pinto.  
Comer sardinha arrotar salmão. (exibicionismo)
- 12) Tal pai, tal filho  
Quem sai aos seus não degenera.  
Cara de um focinho de outro.  
A cara do pai, carrara esculpida. (identidade física ou moral)

Do que foi visto, conclui-se que não é possível falar em variação linguística sem se considerarem as circunstâncias geográficas, históricas, sociais e culturais em que o falante está imerso. Também não é possível abandonar alguns itens da interação através da palavra: adequação ao ouvinte, ao assunto, enfim à situação de uso. A necessidade de comunicação, de interação pela linguagem, impõe ao falante o exercício de várias

técnicas enunciativas para, efetivamente, ele ser um participante ativo dentro de seu grupo social e fora dele, para o que contribuem significativamente os itens fraseológicos como provérbios e expressões populares de equivalente valor semântico pelo que de universal trazem em seus conteúdos, conteúdos esses que fazem parte do repertório partilhado culturalmente pelos usuários de uma língua.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CARVALHO, J. G. H. *Teoria da linguagem*. Natureza do fenômeno linguístico e a análise das línguas. 4ª tiragem emendada. Coimbra: Atlântida, 1979, vol. I.

MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola, 2014.

PRETI, D. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguística*. Os níveis de fala. 9. ed. 1ª reimpr. São Paulo: USP, 2003.

SANTOS, Denise Salim. Água mole em pedra dura: provérbios nas aulas de língua materna. In: SIMÕES, Darcilia; OSÓRIO, Paulo (Orgs.). *Léxico: investigação e ensino*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2014, p. 75-87.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 1973.